



QUARTA VARA CÍVEL DE MARINGÁ

Procedimento Seletivo de Estagiários Remunerados nº 639/2018, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Data: 23/11/2018

Nome: _____

Instruções:

- 1) A prova terá a duração de três horas, o que inclui o preenchimento do gabarito.
- 2) Cada questão objetiva tem quatro alternativas, identificadas pelas letras *a*, *b*, *c* e *d*, das quais apenas uma será a resposta correta.
- 3) Preencha o cartão de respostas corretamente, com caneta preta ou azul. Serão absolutamente desconsideradas (e, portanto, marcadas como incorretas) questões rasuradas, com mais de uma alternativa marcada ou escritas a lápis.
- 4) No cartão de resposta, não é necessário pintar todo o espaço dedicado ao preenchimento da resposta, bastando marcá-lo com um "X", cuidando para que não invada o espaço destinado para a resposta das demais questões (posto que poderá causar a invalidação de tais respostas).
- 5) O cartão de respostas da prova objetiva deverá ser preenchido com o nome e número de inscrição do candidato. Já o cartão de respostas da prova subjetiva deverá ser preenchido *apenas* com o número de inscrição do candidato, de maneira a manter a prova não identificada. ***Se você não souber o seu número de inscrição, o fiscal o informará a você no momento em que você terminar a prova e for entregá-la.*** Escreva o número por meio de algarismos e por extenso, para evitar problemas de identificação.
- 5) Durante a realização da prova, é expressamente proibida qualquer comunicação entre os candidatos, entre o candidato e qualquer pessoa que não esteja prestando a prova e não seja fiscal, além do uso de calculadoras, telefones celulares, qualquer outro aparelho eletrônico, e a consulta em livros ou similares. ***Não coloque seu celular em modo avião ou no modo silencioso. Desligue-o e, preferencialmente, retire a bateria (se isso for possível).*** Se ele tocar, vibrar ou for visto ligado, sua prova será integralmente anulada. Não haverá advertência prévia e não serão concedidas segundas chances.
- 6) Para falar com os fiscais ou solicitar ida ao banheiro, levante a mão e aguarde que o fiscal se dirija até você.
- 7) Os três últimos candidatos somente poderão se retirar da sala simultaneamente.
- 8) Os fiscais não estão autorizados a alterar a redação de qualquer questão. Se verificado erro, isso será comunicado após a aplicação da prova. Eventual questão errada será anulada, sendo considerada correta para todos os candidatos.
- 9) Os fiscais não estão autorizados a tirar qualquer dúvida dos candidatos. Todas as instruções necessárias para a realização da prova estão contidas nesse caderno.
- 10) O candidato deverá entregar o caderno de perguntas ao fiscal junto com o caderno de respostas. É proibida a saída do local de aplicação de provas acompanhado do



QUARTA VARA CÍVEL DE MARINGÁ

respectivo caderno, durante o período de aplicação, sendo que o descumprido resultará na exclusão do candidato do certame.

11) A retirada do caderno de perguntas deverá ser realizada nos dois dias úteis posteriores à realização da prova, no gabinete da 4ª Vara Cível do Foro Central da Região Metropolitana de Maringá (Av. Pedro Taques, 294, 1ª Sobreloja, Torre Norte, Maringá/PR). Ao final da prova, há espaço autorizando a retirada da prova por terceiro, do qual deverá ser declinado o nome completo. A retirada será realizada mediante a apresentação de documento oficial de identificação.

11) A previsão para a divulgação dos resultados da prova escrita é na data de 30/11/2018, no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, anotando que tal prazo poderá ser estendido por necessidades excepcionais.



Prova escrita – Caderno de perguntas

Parte objetiva

DIREITO CIVIL

Questão 1. Assinale a alternativa correta, segundo o Código Civil (Lei Federal nº 10.406, de 2002):

a) Considera-se móvel, para efeitos legal, o direito à sucessão aberta.

b) Perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

c) Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.

d) Na declaração de ausência, cinco anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas.

Questão 2. Segundo o Código Civil (Lei Federal nº 10.406, de 2002), invalidam os negócios jurídicos que lhe são subordinados:

a) as condições fisicamente impossíveis, quando resolutivas.

b) as condições de não fazer coisa impossível.

c) as condições juridicamente impossíveis, quando resolutivas.

d) as condições ilícitas, quando resolutivas.

Questão 3. Segundo o Código Civil (Lei Federal nº 10.406, de 2002), é anulável um negócio jurídico quando:

a) celebrado por pessoa absolutamente incapaz.

b) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.

c) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.

d) as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

Questão 4. Segundo o Código Civil (Lei Federal nº 10.406, de 2002), prescreve em:

a) dois anos a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

b) cinco anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.

c) três anos, a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.

d) cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.



Questão 5. Assinale a alternativa correta, segundo o Código Civil (Lei Federal nº 10.406, de 2002):

a) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.

b) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, exceto se mais valiosa.

c) Não é lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.

d) Salvo disposição legal em contrário, não tendo sido ajustada época para o pagamento, pode o credor exigí-lo no prazo de 5 (cinco) dias.

Questão 6. Assinale a alternativa correta, segundo o Código Civil (Lei Federal nº 10.406, de 2002):

a) Não perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.

b) Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorrem mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.

c) A um dos credores solidários, pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros.

d) Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente e as perdas e danos.

Questão 7. Assinale a alternativa correta, segundo o Código Civil (Lei Federal nº 10.406, de 2002):

a) Haverá obrigação de reparar o dano, mediante a prova da culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

b) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, mesmo que as pessoas por ele responsáveis dispuserem de meios suficientes.

c) No caso de destruição de coisa alheia a fim de remover perigo iminente, se o perigo ocorrer por culpa de terceiro, contra este terá o autor do dano ação regressiva para haver a importância que tiver ressarcido ao lesado. Ou seja, a vítima pode pedir a reparação contra quem agiu para remover o perigo.

d) Aquele que gratuitamente participou do produto do crime, até a concorrente quantia, é responsável pela reparação civil, desde que haja culpa de sua parte.

Questão 8. Segundo o Código Civil (Lei Federal nº 10.406, de 2002), podem escusar-se da tutela:

a) maiores de cinquenta anos.

b) aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de dois filhos.

c) militares aposentados.

d) mulheres casadas.

Questão 9. Assinale a alternativa correta, segundo o Código Civil (Lei Federal nº 10.406, de 2002):

a) Na falta do cônjuge ou companheiro, é curador legítimo, preferencialmente, o descendente que se demonstrar mais apto.

b) Na falta das pessoas mencionadas neste artigo, compete ao Ministério Público a escolha do curador.

c) A autoridade do curador não se estende à pessoa e aos bens dos filhos do curatelado;

d) A interdição do pródigo só o privará de, sem curador, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, de-



mandar ou ser demandado, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 10. Assinale a alternativa correta, segundo o Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 2015):

- a) Os juízes e os tribunais deverão obedecer à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- b) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
- c) Ninguém pode, em qualquer caso, pleitear direito alheio em nome próprio.
- d) A ação proposta perante tribunal estrangeiro induz litispendência.

Questão 11. Assinale a alternativa correta, segundo o Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 2015):

- a) Havendo 2 (dois) ou mais réus com diferentes domicílios, serão demandados no foro do mais idoso.
- b) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de domicílio do proprietário do imóvel.
- c) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.
- d) É competente o foro, para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável de residência da mulher.

Questão 12. Assinale a alternativa correta, segundo o Código de

Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 2015):

- a) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- b) Não há litisconsórcio passivo necessário para a ação que fundada em dívida contraída por um dos cônjuges a bem da família.
- c) A falta de consentimento, quando necessário e não suprido pelo juiz, torna ineficaz o processo.
- d) A pessoa natural (mas não a jurídica), brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei

Questão 13. Assinale a alternativa correta, segundo o Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 2015):

- a) É admissível a denunciação da lide, requerido pelo réu, do afiançado, na ação em que o fiador for réu.
- b) Há suspeição do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo, em que interveio como mandatário da parte.
- c) O depositário infiel responde civilmente pelos prejuízos causados, sem prejuízo de sua responsabilidade penal e da imposição de sanção por ato atentatório à dignidade da justiça.
- d) Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias, decisões monocráticas e despachos.

Questão 14. Assinale a alternativa correta, segundo o Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 2015):



a) Como o pedido deve ser certo, não se compreendem no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios.

b) Como o pedido deve ser determinado, nunca é lícito formular pedido genérico.

c) É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.

d) O autor poderá, até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, desde que com o consentimento do réu.

Questão 15. Assinale a alternativa correta, segundo o Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 2015):

a) A audiência não será realizada se alguma das partes manifestar, expressamente, desinteresse na composição consensual.

b) Em audiência de conciliação, as partes não precisam estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos.

c) A autocomposição obtida será reduzida a termo e independe de homologação por sentença.

d) A pauta das audiências de conciliação ou de mediação será organizada de modo a respeitar o intervalo mínimo de 20 (vinte) minutos entre o início de uma e o início da seguinte.

Questão 16. Assinale a alternativa correta, segundo o Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 2015):

a) A disciplina da coisa julgada material aplica-se à resolução de questão prejudicial, decidida expressa e inciden-

temente no processo, se dessa resolução depender o julgamento do mérito; a seu respeito tiver havido contraditório prévio e efetivo, mesmo no caso de revelia; o juízo tiver competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal.

b) fazem coisa julgada os motivos, porque importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.

c) Em regra, a coisa julgada tem eficácia contra todos e efeito vinculante.

d) Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.

Questão 17. Segundo o Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 2015), o devedor será intimado para cumprir a sentença:

a) por carta com aviso de recebimento, quando tiver procurador constituído nos autos, mas o requerimento for formulado após um ano do trânsito em julgado da sentença.

b) pelo Diário da Justiça, quando, citado por edital, tiver sido revel na fase de conhecimento.

c) por meio eletrônico, quando representado pela Defensoria Pública.

d) por edital, quando não tiver procurador constituído nos autos.

Questão 18. Assinale a alternativa correta, segundo o Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 2015):

a) Se o oficial de justiça não encontrar o executado, sequestrar-lhe-á tantos



bens quantos bastem para garantir a execução.

b) Presume-se em fraude à execução a alienação ou a oneração de bens imóveis efetuada após a propositura da ação de execução.

c) A expropriação consiste em adjudicação, alienação e apropriação de frutos e rendimentos de empresa ou de estabelecimentos e de outros bens.

d) Na execução de título extrajudicial por quantia certa, no caso de integral pagamento no prazo de 15 dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 19. Assinale a alternativa correta, segundo o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990):

a) É direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação e, concomitantemente, for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências

b) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

c) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração ou não, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista

d) Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, desde que material.

Questão 20. Assinale a alternativa correta, segundo o Código de

Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990):

a) O fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar qualquer grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança.

b) Em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, através de manual disponível em seu sítio eletrônico na internet.

c) O fornecedor de produtos e serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado de consumo, tiver conhecimento da periculosidade que apresentem, deverá comunicar o fato imediatamente às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários.

d) O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais está o fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

Questão 21. Assinale a alternativa correta, segundo o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990):

a) O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar que, tendo prestado o serviço, o defeito existe ou que há culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

b) A responsabilidade pessoal do médico será apurada independentemente da verificação de culpa.

c) Havendo fato do produto, são considerados consumidores apenas os que adquiriram o produto, sendo os demais classificados como vítimas, afeitas ao regime de responsabilidade civil previsto no Código Civil.



d) O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, o importador e o comerciante respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

Questão 22. Assinale a alternativa correta, segundo o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990):

- a) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.
- b) A reexecução dos serviços não poderá ser confiada a terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do fornecedor.
- c) No caso de fornecimento de produtos *in natura*, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, mesmo quando identificado claramente seu produtor.

d) Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; ou o abatimento proporcional do preço.

Questão 23. Segundo o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990), o direito de reclamar pelos vícios aparen-

tes ou de fácil constatação caduca em :

- a) quinze dias, tratando-se de fornecimento de serviço de produtos não duráveis.
- b) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- c) sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

d) noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

Questão 24. Assinale a alternativa correta, segundo o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990):

a) É nula de pleno direito a cláusula contratual relativa ao fornecimento de produtos ou serviços que determinem a utilização de arbitragem em qualquer situação.

b) Obsta a decadência a instauração de inquérito civil, até o seu encerramento.

c) É abusiva qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

d) É lícito recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais.

RACIOCÍNIO LÓGICO



Questão 25. Joaquim investiu em um fundo de investimento. Após um mês esse fundo havia se desvalorizado 10%. Joaquim quer retirar seu dinheiro do fundo quando houver uma valorização de 8% em relação ao que ele havia aplicado inicialmente. Para que isso aconteça é necessário que esse fundo valorize-se o equivalente a:

- a) 18%
- b) 20%**
- c) 22%
- d) 25%

Questão 26. Um grupo de oito estagiários analisou 32 processos em 16 horas de trabalho. Para analisar 48 processos em 12 horas de trabalho, um outro grupo de estagiários, em igualdade de condições do grupo anterior, deverá composto por um número de pessoas igual a

- a) 18
- b) 16**
- c) 14
- d) 12

Questão 27. Se nenhuma OSHAMI é IMSHAO, então:

- a) todo OSHAMI é IMSHAO.
- b) é verdadeiro que algum OSHAMI é IMSHAO.
- c) alguns IMSHAO são OSHAMI.
- d) é falso que algum OSHAMI é IMSHAO.**

Questão 28. Considere a afirmação:

“se sou estudante de direito, então gosto de discutir e gosto de ler”.

Uma afirmação que corresponde à negação lógica desta afirmação é:

- a) Se não sou estudante de direito, então não gosto de discutir e não gosto de ler.
- b) Se gosto de discutir e gosto de ler, então não sou estudante de direito.
- c) Sou estudante de direito e não gosto de discutir ou de ler.**
- d) Se não gosto de discutir e não gosto de ler, então não sou estudante de direito.

Questão 29. Sabe-se que, no Fórum Cível, 19% dos servidores se deslocam para o trabalho utilizando o automóvel. Os demais servidores, em número de 2106, preocupados com o meio ambiente, passaram a utilizar o transporte público, bicicleta ou ir ao trabalho caminhando.

O número de servidores que utilizam o automóvel para se deslocar para o trabalho é de:

- a) 526
- b) 494**
- c) 390
- d) 642

Questão 30. É verdade que todo economista sabe matemática. É verdade que há pessoas que sabem matemática e não são economistas. É verdade que existem analistas que sabem matemática. A partir dessas afirmações, é possível concluir corretamente que

- a) todos os analistas sabem matemática.
- b) qualquer economista é analista.
- c) o analista que é economista sabe matemática.**
- d) o analista que sabe matemática é economista.



QUARTA VARA CÍVEL DE MARINGÁ

Parte discursiva

Questão única. Discorra, no caderno de respostas, sobre a boa-fé objetiva e subjetiva no Código Civil.

Autorizo que minha prova seja retirada por (nome completo): _____



QUARTA VARA CÍVEL DE MARINGÁ

Caderno de respostas

Nome do candidato: _____

RG nº: _____

Número de inscrição: _____

	A	B	C	D
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				

	A	B	C	D
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				



QUARTA VARA CÍVEL DE MARINGÁ

Em branco



QUARTA VARA CÍVEL DE MARINGÁ

Em branco